



1 ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA
2 DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA

3 Às nove horas e trinta minutos do dia 21 de outubro do ano de 2020, na plataforma digital,
4 ocorreu a 5ª reunião ordinária do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
5 – Bahia / CERBMA-BA. Estiveram presentes os membros abaixo listados e convidados para
6 discutirem a seguinte pauta: 1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior; 2. Lei da
7 Mata Atlântica: funcionalidade, aplicabilidade e cumprimento. Apresentação: Representante
8 da SOS Mata Atlântica; 3. Projeto Áreas para Compensação na Mata Atlântica
9 Apresentação: Representante do Ministério Público da Bahia; 4. Proposta de Moção sobre a
10 criação da Refúgio de Vida Silvestre - REVIS do Vale Encantado, pelo município de
11 Salvador; 5. Outros informes; 6. O que ocorrer. Adriana Castro -Coordenadora do CERBMA-
12 BA, inicia a reunião agradecendo a organização da SECEX e a todos os presentes. Em
13 seguida passou-se para o **1º Ponto de Pauta: Leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião**
14 **Ordinária do CERBMA**, que ocorreu no dia 26 de agosto do ano em curso, a qual
15 foi aprovada com os ajustes nos nomes dos membros. Em seguida, Adriana Castro sugeriu
16 inverter o ponto de pauta, considerando a ausência do Representante da SOS Mata
17 Atlântica por está participando em outra reunião, sendo aceito por todos. Assim, passou-se
18 para o **3º Ponto da Pauta: Projeto Áreas para Compensação na Mata Atlântica**. Sra.
19 Adriana faz breve explanação sobre a proposta do Projeto Área para Conservação da Mata
20 Atlântica enfatizando ser necessário para o cumprimento da Lei da Mata Atlântica ter áreas
21 para compensação das áreas autorizadas para desmatamento, ter um banco de dados com
22 áreas cadastradas para essa compensação, podendo gerar corredores de biodiversidade e
23 favorecer pequenos produtores que possuem áreas vegetadas e não possuem condição
24 para manutenção das mesmas. Com esse cadastro podemos planejar melhor as
25 conectividades dos remanescentes da Mata Atlântica para todo estado da Bahia com as
26 áreas de preservação permanente e reserva legais. Tadeu Souza - SCRBMA-LN/ Bensal do
27 Brasil, reforçou os objetivos do projeto registrando que a ideia se iniciou com objetivo de
28 auxiliar pequenos produtores, bem como ter as informações para facilitar a localização das
29 áreas. A base dos dados pode ser o CEFIR e informações de dentro da Secretaria de Meio
30 Ambiente, o que será de grande utilidade para a comunidade e setor empresarial. Sobre a
31 pergunta de qual vantagem desta proposta para o pequeno agricultor, a
32 Sra. Adriana informou que o pequeno agricultor receberá valor por sua área estar



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA



33 compensando uma supressão de vegetação e que a mesma ficará preservada. Sr. Tadeu
34 acrescentou que a poligonal de compensação é analisada pelos técnicos, aprovada e
35 registrada em cartório. Renato Cunha -GAMBA, perguntou se já existe casos concretos já
36 realizados. Sr. Tadeu Souza - SCRBMA-LN/ Bensal do Brasil, deu como exemplo a Reserva
37 Legal da Sapiranga como Reserva Legal da Fazenda Praia do Forte. Informou que algumas
38 das áreas de compensação estão na Praia do Forte e são áreas vizinhas a áreas contínuas
39 da Reserva da Sapiranga e que usamos algumas para aumentar o Corredor Ecológico. Luis
40 Galvão - FIEB - comentou que no caso do pequeno produtor rural, da agricultura familiar, a
41 compensação ambiental é dispensável e que todos sabem que ao dispensar povos
42 tradicionais e pequenos agricultores, se tem efeito acumulativo significativo, assim não
43 levamos em conta o acúmulo de todas essas áreas. Ele acredita que é necessário
44 buscar compatibilizar. Sabe que existe a dificuldade, como citado, em que uma área que
45 será ocupada no sul esta sendo oferecido a compensação ambiental no Litoral Norte.
46 Adriana Castro -Coordenadora do CERBMA-BA, informou que mesmo sendo áreas
47 menores os pequenos produtores precisam preservar sua Reserva Legal e APPs e que nos
48 casos de estágio sucessional de médio a avançado não serão autorizados nem os pequenos
49 nem grandes produtores. Sinaliza também que a proposta do projeto é facilitar a
50 manutenção da vegetação de "pé", considerando que esses pequenos agricultores poderão
51 receber esse valor monetário para que aquela vegetação fique preservada. Tadeu
52 finalizou dizendo que o objetivo é utilizar banco de dados que já existem e fazermos um
53 plano de como proceder e manter áreas que podem ser preservadas, os corredores
54 ecológicos que já existem. Em seguida, Carolina Almeida/ MP Bahia, fez a apresentação da
55 Compensação Ambiental na Lei 11.428/2006, apresentou um breve histórico falando da
56 Constituição Federal de 1998, dos Decretos Presidenciais nº 99.547 de 25 de setembro de
57 1990, e o nº 750 de 10 de fevereiro de 1993, e a Lei 11.428 de 22 de dezembro de 2006.
58 Falou sobre como definir vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou
59 avançado, comentou a Resolução nº 417, de 23 de novembro de 2009, bem como da
60 Resolução nº 437, de 30 de dezembro de 2011. Também abordou da Definição de "utilidade
61 pública", de "interesse social", Falou de outras formas de autorização para Vegetação
62 Primária (Utilidade Pública; Pesquisa Científica e Práticas Preservacionista); Vegetação
63 Secundária Estágio Avançado (Utilidade Pública; Pesquisa Científica e
64 Práticas Preservacionista; Loteamento ou edificação com garantia de preservação de 50%;
65 Atividade Minerária); Vegetação Secundária Estágio Médio (Utilidade Pública e interesse



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA



66 social; Pesquisa Científica e Práticas Preservacionista; Atividade de subsistência do
67 pequeno produtor rural e populações tradicionais; Loteamento ou edificação com garantia de
68 preservação de 30% e 50%; Atividade minerária; Espécies arbóreas pioneiras nativas maior
69 que 60%). Abordou a constituição da Reserva Particular do Patrimônio Nacional - RRPPN
70 nos termos do art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, também falou sobre a
71 Instituição de Servidão Florestal, e da Doação ao Poder Público. Sra. Adriana agradeceu a
72 participação e o conteúdo apresentado de forma ampla e didática o que permitiu um melhor
73 acompanhamento de onde estamos querendo chegar e solicitou a disponibilização da
74 apresentação. Acrescentou que foi possível enxergar que as possibilidades de
75 compensação ambiental existem através criação de RPPN ou Servidão Florestal de Caráter
76 Permanente, que é o que estamos propondo no projeto, e a reposição Florestal que é o que
77 realmente seria prioritário. Na sequência Dr. Yuri Lopes de Mello - Promotor de Justiça do
78 Ministério Público Estadual da Bahia, agradeceu o convite e comentou que esta muito
79 satisfeito pela reativação do CERBMABA, fóruns para proteção da Mata Atlântica de forma
80 coletiva. Informou que o Núcleo Mata Atlântica - NUMA surgiu há 13 anos com a proposta de
81 um núcleo especializado do Ministério Público do Estado da Bahia tendo como perspectiva a
82 defesa do Meio Ambiente, priorizando a Mata Atlântica, através das Promotorias Regionais
83 Meio Ambiente (Extremo Sul, Porto Seguro, Itabuna, Ilhéus, Valença, Salvador, Litoral
84 Norte) na Mata Atlântica, e acrescentou que existe vácuo na Baía de Todos os Santos e
85 Camaçari. Miriã Caetano - SECEX/SEMA, agradeceu a apresentação da servidora Carolina
86 e de Dr. Yuri Lopes de Mello, representantes do MP da Bahia e os convidou à participarem
87 da próxima reunião do CEPRAM, que irá ocorrer no dia 26 de novembro de 2020, tendo um
88 dos pontos de pauta a Mata Atlântica. Renato Cunha - GAMBA agradeceu a participação do
89 Ministério Público e lembrou sobre a história de aprovação da Lei da Mata Atlântica, após 14
90 anos de discussão no Congresso Nacional, sendo o único Bioma com Lei própria, com muita
91 coisa estabelecida em termos de proteção, restauração, e que precisamos nos esforçar para
92 protegemos e suspender o desmatamento que tem ocorrido. Falou também em fazer a
93 articulação para fortalecer e reestruturar o Subcomitê da Reserva da Biosfera da Mata
94 Atlântica. Falou da importância do Projeto e o que se pretende é que não haja
95 desmatamento na Mata Atlântica. Ianara Reis- COELBA informou que a Coelba realiza a
96 compensação das áreas que são suprimidas e que estão constantemente buscando reduzir
97 essa supressão. Achou o Projeto muito interessante e disse que servirá como auxílio até
98 porque tem existido muita dificuldade em encontrar área de restauração e que visualiza a



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA



99 Coelba apoiando o projeto e que irá se movimentar internamente. Em relação a proposta do
100 Projeto Dr. Yuri pede que entre em contato com a Dra. Karine da promotoria do Litoral Norte,
101 informando achar melhor iniciar pela região de início da proposta. Renato Cunha - GAMBA,
102 acredita que a ideia de fortalecer o Projeto Piloto no Litoral Norte é pertinente. Também acha
103 que talvez com a parceria da Coelba essa compensação seja realizada na mesma área, na
104 mesma Bacia Hidrográfica onde aconteceu determinada supressão. Disse que se a Coelba
105 esta com compensação a ser feita no sul, extremo sul pode também ver a necessidade real
106 em outras áreas, como Litoral Norte, por exemplo. Referente aos subcomitês acha
107 necessário realizar articulação com promotores regionais e lembrou que o Ministério Público
108 é membro do deste Comitê. Moacir Tinoco - UCSAL agradeceu as falas e retomou ao ponto
109 da necessidade de se criar um Observatório de Unidade de Conservação para todo o Estado
110 da Bahia e trazer atenção para as RPPNs e de iniciar o projeto pelo Litoral Norte da Bahia.
111 Acredita que com o Observatório consegue-se criar uma rede de compensação grande e
112 conhecida. Tadeu disse que a ideia era fazer uma decisão macro, ver o que temos
113 disponíveis e identificar por onde avançar. O que existe é uma ideia bem definida e não um
114 projeto. O sul da Bahia, por exemplo, esta com necessidade maior nesse momento. O
115 objetivo foi apresentar a ideia ao Conselho e após avaliação elaborarmos o Projeto. Luiz
116 Galvão - FIEB, aproveitou para lembrar a todos que a Mata Atlântica já foi delimitada pelo
117 IBGE e quando essa Mata Atlântica é estendida a Jacobina, Coribe, Cocos, deve esta
118 havendo um equivoco ou exagero no entendimento da vegetação. Disse que ele mesmo viu
119 e fotografou cactos nas margens do Rio Branco fazendo fronteira com Bolívia e que ele não
120 pode dizer que aquela vegetação, que tem uma particularidade que não é inerente é outra
121 vegetação. Disse, ainda, que não é porque se tem remanescentes ou espécies que estão na
122 Mata Atlântica que pode considerar aquela vegetação como tal. Se é para congelar a Mata
123 Atlântica no limite estabelecido pelo IBGE, a melhor solução é delimitar áreas de
124 preservação permanente em grandes áreas. Falou sobre as dunas serem ambientes que
125 eles mesmo não se sustentam. Sra. Adriana disse respeitar a opinião de Galvão e informou
126 que a presença da Mata Atlântica em região mais interiorana é reconhecida após estudos
127 mais amplos de solo, espécies e áreas de transição, que existe um mapa de aplicabilidade
128 da lei da mata atlântica e que o mesmo deve ser seguido. Sobre as dunas, que esses
129 ambientes se movem por dinâmica natural e que são indispensáveis a vida humana
130 mediante seus inúmeros serviços ecossistêmicos a exemplo da alimentação dos lençóis
131 freáticos para abastecimento humano. **2º Ponto de Pauta: Lei da Mata Atlântica:**



132 **funcionalidade, aplicabilidade e cumprimento**, apresentada pelo representante da SOS
133 Mata Atlântica, Mário Mantovani, falou sobre o Impacto da Mata Atlântica no dia a dia das
134 pessoas, a especulação imobiliária em Salvador não é diferente de quanto se tira a Mata
135 Atlântica dos índios em porto seguro. Registrou a importância do desenvolvimento dos
136 Planos Municipais da Mata Atlântica, que não devemos esperar pelo governo Federal, que
137 este morreu na ambiental no Brasil, que a proposta agora é fortalecimento dos estados e
138 municípios. Acrescentou a possibilidade de realização de qualificação para uso do MAP
139 Biomass ser uma importante ferramenta para gestão ambiental. Sobre o ponto de pauta
140 **4 Proposta de Moção sobre a criação da Refúgio de Vida Silvestre - REVIS do Vale**
141 **Encantado, pelo município de Salvador**, apresentada por Renato Cunha, representante
142 do GAMBA. Foi projetada a Minuta da Moção e realizada a leitura, após discussão foi
143 colocada em votação, suprimindo o considerando "Que praticamente 85% da área
144 relacionada ao Bioma Mata Atlântica no município de Salvador foi destruída, restando
145 aproximadamente 15% distribuídos em pequenos fragmentos", e com a observação de
146 incluir a localização da REVIS do Vale Encantado, no bairro de Patamares, no município de
147 Salvador. Após votação, tendo 10 votos a favor e 01 abstenção, foi **Aprovada a Moção**
148 **sobre a criação da Refúgio de Vida Silvestre - REVIS do Vale Encantado**. Em seguida
149 passou para **5º Ponto de Pauta: Outros Informes**, Adriana informou que as reuniões do
150 Conselho Nacional da RBMA continuam acontecendo de forma online. Renato
151 Cunha/GAMBA, reforçou a necessidade de retomar na próxima reunião a questão das
152 Unidades de Conservação da Mata Atlântica, já com a proposta do Observatório, bem como
153 a questão da gestão das UC's. Miriã Caetano SECEX/SEMA lembrou que seria necessário
154 definir data da próxima reunião e após discussão ficou definido que a próxima reunião irá
155 ocorrer no dia 26 de novembro do ano em curso. Passando para o **6º Ponto de Pauta: O**
156 **que ocorrer**, não havendo nada para ser tratado, a reunião foi encerrada. Esta ata será
157 encaminhada à todos os membros do CERBMA-BA para inclusão de suas considerações
158 em meio eletrônico, sendo aprovada na plenária do Comitê.

159 Presentes na reunião:

160 Adriana Lúcia Batista de Castro – SCBRMA-LN/INEMA (Coordenadora CERBMA-BA)

161 Renato Pêgas Paes da Cunha – GAMBÁ (Vice Coordenador do CERBMA-BA)

162 Edelzuita dos Anjos Silva- SEPLAN

163 Cristiane Soares Ferreira– SEPLAN

164 Reinaldo Moreira Dantas– SETUR



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA



- 165 William Walter Pickett - SETUR
- 166 Ana Cristina Souza dos Santos– SDR
- 167 Arisvaldo Queiroz Lisboa - FETAG
- 168 Moacir Santos Tinoco - UCSAL
- 169 Jorge Tadeu de Souza – SCRBMA-LN - Bensal do Brasil
- 170 Márcia Engel – Instituto Baleia Jubarte
- 171 Juçara Leão Tanajura - SINDUSCOM/BA
- 172 Luis Fernando Galvão de Almeida - FIEB
- 173 Miriã Caetano da Silva – SECEX/SEMA
- 174 Ianara da Silva Reis– COELBA
- 175 Ricardo Borges da Cunha– FAEB
- 176 Poliana Gonçalves Sousa– SEMA
- 177 Mateus Leite – INEMA